

FINANÇAS

Resolução do Banco Central determina taxa máxima de 0,5% sobre a Tarifa de Intercâmbio (TIC) para cartões pré-pagos e de débito. Medida atinge fortemente as fintechs, que obtêm receita significativa ao cobrar até 1,5% dos clientes na operação

BC limita tarifa de cartão

» RAFAELA GONÇALVES

O Banco Central editou a resolução que estabelece limites à tarifa de intercâmbio (TIC) e ao prazo de liquidação de operações de cartões pré-pagos e de cartões de débito. A TIC é a remuneração paga ao banco ou instituição financeira, a cada transação, pelo credenciador do estabelecimento comercial, que aluga as maquininhas para o comerciante. Esta tarifa representa um custo que o credenciador repassa ao estabelecimento comercial que, por sua vez, repassa ao consumidor.

A nova regulamentação passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2023, estabelecendo um limite máximo de 0,5% aplicado à TIC em qualquer transação de cartões de débito e de 0,7% no caso dos pré-pagos, com o mesmo prazo para liberação dos recursos aos estabelecimentos

comerciais, independentemente do cartão. Segundo o BC, as medidas visam aumentar a eficiência do ecossistema de pagamentos, possibilitando a redução dos custos de aceitação desses cartões aos estabelecimentos comerciais e consequentemente aos consumidores.

Os bancos digitais tendem a ser os mais impactados, considerando que o repasse dessa intermediação corresponde a uma alta fatia de todo o seu faturamento. A medida, segundo analistas, significa uma redução de aproximadamente 50% no faturamento das fintechs com este tipo de operação, uma vez que atualmente elas trabalham com índices que variam entre 1,1% e 1,5%.

A alteração deve mexer com as ações de operadoras de cartões e bancos. “Esse movimento pode ter um impacto tão grande, que existem suspeitas que algumas empresas reajustem o seu foco quanto ao negócio. Vale



Qualquer fintech que queira desenvolver um projeto financeiramente sustentável para os próximos cinco anos precisa ter como definição o fato de que o intercâmbio das tarifas de cartões é apenas uma das fontes de receita e não mais a única”

Renato Aragon, diretor associado da Xsfera

lembrar que o impulsionamento de abertura de conta gratuita por muitos bancos digitais era indiretamente subsidiado pela expectativa proveniente da geração de receita que viria com utilização do cartão pelo cliente”, observou o analista da Top Gain, Sidney Lima.

O Nubank já anunciou que vê queda de receitas com limite de tarifa. Segundo a instituição, as tarifas de intercâmbio sobre cartões pré-pagos representaram 7,0% da receita da companhia nos 12 meses encerrados em junho de 2022 e, se as mudanças já estivessem em vigor, haveria um impacto negativo na receita do banco de 2,9%.

Disseminação do Pix

A resolução do BC foi resultado de uma consulta pública. De acordo com Renato Aragon, diretor associado da Xsfera, consultoria para o mercado

financeiro e de pagamentos, a disseminação do Pix e seus derivados começou a dificultar a formação de renda por meio de pagamentos. “Qualquer fintech que queira desenvolver um projeto financeiramente sustentável para os próximos cinco anos precisa ter como definição o fato de que o intercâmbio das tarifas de cartões é apenas uma das fontes de receita e não mais a única”, disse.

A resolução também traz as seguintes medidas: elimina as exceções previstas para transações não presenciais e com uso de cartões corporativos; estabelece um limite máximo da TIC para as transações com cartões pré-pagos, diferenciada da aplicada aos cartões de débito. Esse último ponto é uma maneira de reconhecer a importância desse meio de pagamento para a inclusão financeira da população de menor renda e para a digitalização da

atividade de pagamentos, com a consequente redução da utilização dinheiro. Além disso, a norma uniformiza o prazo de liquidação das transações, possibilitando melhores condições para gestão de fluxo de caixa dos comerciantes, reduzindo eventuais custos de antecipação de recebíveis.

Em nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou que a nova norma apresenta um importante avanço, que contribui para reduzir as assimetrias das tarifas. No entanto, a entidade alertou que a regulação de limites máximos pode produzir, no longo prazo, efeitos negativos na oferta de produtos e serviços. A Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), por sua vez, disse ser a favor da livre concorrência e contra qualquer tipo de tabelamento de preços por parte do regulador.

Confiança aumenta entre consumidores

» FERNANDA STRICKLAND

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) do FGV IBRE subiu 5,4 pontos em setembro, para 89,0 pontos, o maior nível desde janeiro de 2020 (90,4 pontos). Em médias móveis trimestrais, o índice subiu 3,3 pontos, para 84,0 pontos. Segundo especialistas, o aumento no índice tem relação com a queda do desemprego.

Segundo Fábio Tadeu Araújo, economista da FAU Business, o forte aumento na expectativa do consumidor reflete, em especial, melhorias em um importante dado macroeconômico: o avanço do emprego. “Nós estamos aí nas menores taxas de desemprego desde o ano de 2016 e 2015, dependendo da metodologia”, explicou. “Então, esse avanço mensal do emprego aumenta naturalmente a confiança para as pessoas.”

Para Viviane Seda Bittencourt, coordenadora das Sondagens, a confiança dos consumidores sobe pelo quarto mês consecutivo influenciada pelas perspectivas

mais otimistas em relação aos próximos meses. “Tal resultado parece estar relacionado com a queda nas expectativas de inflação dos consumidores para os próximos 12 meses e um aumento do otimismo em relação ao mercado de trabalho”, afirmou.

Bittencourt explicou que há um aumento na intenção de consumo, exceto para os consumidores de renda mais baixa. “Além disso, a proximidade das eleições tem um efeito potencializador dessas expectativas. É necessário ter cautela nesses resultados, considerando uma política monetária ainda restritiva e a possibilidade de desaceleração da atividade econômica, que reduziria a velocidade de recuperação do mercado de trabalho”, disse.

Bons indicadores

Os dados mostram que a alta em setembro foi influenciada pela melhora dos indicadores sobre o momento e próximos meses. O Índice de Expectativas (IE) avançou

89 PONTOS

Índice de Confiança do Consumidor (ICC) divulgado ontem. É o maior nível registrado desde janeiro de 2020

Ed Alves/CB/D.A Press



Comércio em Brasília: segundo analistas, melhoria nos índices de emprego contribuiu para o aumento na expectativa dos consumidores

7,6 pontos, para 100,2 pontos, o maior desde dezembro de 2019 (100,3 pontos), período pré-pandemia. O Índice de Situação Atual (ISA) subiu 1,6 ponto, para 73,3 pontos, maior resultado desde março de 2020, embora ainda baixo em termos históricos.

Em relação aos indicadores que medem a satisfação dos

consumidores no momento, há uma percepção de melhora da situação econômica com aumento de 2,5 pontos no indicador para 82,3 pontos, maior nível desde fevereiro de 2020 (85,5 pontos). A avaliação sobre a situação financeira da família se alterou pouco, 0,8 ponto para 64,9 pontos, nível ainda baixo em termos históricos.

Nas expectativas, o quesito que mais contribuiu para a alta no mês foi o que mede o otimismo das famílias em relação à situação financeira nos próximos seis meses, cujo indicador subiu 10,4 pontos para 100,8 pontos, maior nível desde janeiro de 2020 (81,7 pontos). O indicador que mede a situação econômica também avançou pelo quarto mês consecutivo.

Em setembro subiu 6,1 pontos para 115,4 pontos, maior desde julho de 2021 (116,3 pontos). A intenção de compra de bens duráveis se eleva pelo segundo mês consecutivo, dessa vez 5,4 pontos, acumulando alta de 16,7 pontos nos dois últimos meses, levando o índice para 84,4 pontos, melhor resultado desde fevereiro de 2019 (86,6 pontos).

ENERGIA

Petrobras assina acordo com Índia para fornecer petróleo

A Petrobras progrediu nas negociações com o governo indiano para avançar no estabelecimento de parcerias para o mercado de petróleo e gás. O presidente da estatal, Caio Paes de Andrade, teve um encontro, em Brasília, com o vice-ministro de Petróleo e Gás da Índia, Pankaj Jain, para discutir oportunidades. Também estavam presentes representantes do governo e de empresas indianas.

Durante o encontro, a Petrobras e a Indian Oil Corporation (IOC), maior estatal de petróleo e gás indiana, assinaram contrato para suprimento de petróleo do tipo “Frame Agreement”. Este modelo estabelece a opção de fornecimento de até 12 milhões de barris de petróleo da Petrobras para a IOC. O contrato tem duração de seis meses e poderá ser renovado por mais um ano.

No mesmo encontro, a Petrobras também assinou um memorando de entendimentos com a Bharat Petroleum Corp, outro importante refinador indiano, para fomentar tratativas e estabelecer diretrizes cooperativas para eventual fornecimento de petróleo bruto no futuro. Segundo a Petrobras, os acordos representam passos importantes para o estreitamento comercial entre Petrobras e o segmento estatal de refino na Índia, e para a alavancar oportunidades junto aos demais refinadores daquele país.

“O destino prioritário para o petróleo produzido pela Petrobras são suas refinarias próprias, enquanto o excedente é exportado. No primeiro semestre deste ano, a companhia exportou em média 537 mil barris por dia de petróleo. Neste sentido, a

Petrobras busca continuamente as melhores oportunidades no mercado internacional, sempre garantindo o aproveitamento da melhor alternativa de colocação para os petróleos que produz”, informa a nota da estatal.

Mercado indiano

A Índia é o terceiro maior importador de petróleo do mundo, adquirindo cerca de 5 milhões de barris por dia, sendo superada apenas por China e Estados Unidos. Em relação às importações de via marítima, é o segundo maior importador, atrás apenas da China. A IOC tem produção estimada em 1,34 milhão de barris por dia, além de controlar 11 refinarias no país e responder por 26% do total da capacidade de refino indiano. (FS)

Divulgação



Caio Paes de Andrade, presidente da Petrobras: negócios com o terceiro importador de petróleo do mundo